



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, em evento na Fiesp, em São Paulo. Marivaldo Oliveira - 16.out.23/Código 19/Agência O Globo

Gestão Tarcísio tenta empoderar órgão de ex-CGU de Bolsonaro

Governo quer mudanças em processos disciplinares, e procuradores de SP veem risco de perseguição política

Artur Rodrigues

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) entrou em um cabo de guerra com procuradores do estado devido ao projeto de transferir procedimentos administrativos disciplinares contra servidores à CGE (Controladoria-Geral do Estado).

O órgão é chefiado por Wagner Rosário, que foi o titular da CGU (Controladoria Geral da União) no governo de Jair Bolsonaro (PL), onde ele trabalhou também com Tarcísio, ex-ministro da Infraestrutura.

A mudança foi incluída em uma PEC (proposta de emenda à Constituição) enviada à Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) que permite a transferência de verba da educação para a saúde.

A prática de incluir assuntos não relacionados ao projeto original é conhecida como jabuti, um meio usado pelos governos como atalho para passar temas de seu interesse, o que é criticado pelos procuradores e pela oposição.

Os procuradores da PGE (Procuradoria-Geral do Estado), órgão que tem como principal função a advocacia do estado, têm se mobilizado para cobrar os deputados. Opositores, por sua vez, articulam uma emenda para vetar a mudança.

A expectativa é que a discussão esquentar nas próximas semanas, quando os deputados passarem, de fato, a debater o projeto.

Atualmente, a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, ligada à PGE, realiza procedimentos disciplinares relacionados ao funcionalismo. Já estão incluídos, por exemplo, suspeitas de corrupção contra servidores.

Com a mudança, a Procuradoria manteria a competência apenas para realizar esses processos em relação aos seus próprios servidores.

Enquanto a gestão Tarcísio sustenta que quer trazer para São Paulo o modelo federal da CGU, procuradores da PGE temem pela independência das investigações.

"A transferência dessas responsabilidades para a Controladoria-Geral do Estado é preocupante, já que a PPD demonstrou excelência e imparcialidade ao longo dos anos, com uma taxa mínima de revisão judicial", afirma Fabrizio Pieroni, presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, por nota.

"A centralização das funções de fiscalização, acusação e julgamento na Controladoria pode comprometer essa imparcialidade do processo e abrir espaço até mesmo para perseguições políticas, o que é grave para a condução e lisura das defesas do estado", completa.

Tarcísio tentou transformar a Controladoria em uma de suas vitrines. Neste ano, ele lançou o programa Radar Anticorrupção, coordenado pela CGE, com plano de prevenção, detecção e combate à irregularidades.

Wagner Rosário, titular do órgão, chefiou a CGU durante os quatro anos do governo Bolsonaro. Ele e o atual governador faziam parte da ala de ministros do então presidente com formação militar.

Segundo a gestão Tarcísio, com as mudanças, a CGE "passaria a exercer o papel de órgão central do sistema, realizando a governança de corregedorias setoriais que serão implementadas e emitindo normas que unifiquem os procedimentos

PF apura se governador se beneficiou com versão sobre tiroteio

BRASÍLIA A Polícia Federal investiga em um inquérito se o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), se beneficiou eleitoralmente, na campanha do ano passado, da versão de que o tiroteio ocorreu em Paraisópolis, zona sul da capital paulista, foi um atentado contra ele.

O objetivo é apurar se Tar-

císio infringiu o código eleitoral, que veda divulgação, na propaganda eleitoral ou durante a campanha, de "fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidaturas capazes de exercer influência perante o eleitorado".

Tarcísio diz que não há fato novo sobre o episódio e que, portanto, não há o que se averiguar no inquérito.

“A centralização das funções de fiscalização, acusação e julgamento na Controladoria pode comprometer essa imparcialidade do processo e abrir espaço até mesmo para perseguições políticas, o que é grave para a condução e lisura das defesas do estado”

Fabrizio Pieroni
presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo

“[A CGE] passaria a exercer o papel de órgão central do sistema, realizando a governança de corregedorias setoriais que serão implementadas e emitindo normas que unifiquem os procedimentos”

Gestão Tarcísio de Freitas
em nota sobre a mudança proposta via PEC

procedimentos adotados em âmbito estadual”.

O governo paulista também cita que órgãos como as polícias e a Receita Estadual já fazem os próprios procedimentos disciplinares, sem qualquer prejuízo. Além disso, a administração também exemplifica que outros estados, entre eles Rio de Janeiro e Minas Gerais, não possuem normas que obriguem os procuradores realizarem os procedimentos.

Sobre a prática do jabuti, o governo justifica-se afirmando que "o encaminhamento de uma única PEC é meramente operacional, pois dá mais eficiência à análise ante a designação de um único relator para a peça".

Deputados de oposição têm articulado uma emenda para barrar a mudança por verem risco de politização de investigações.

"Ele [o governo] passa a ter o controle do processo administrativo. Em vez de ser uma política de estado, passa a ser uma política do governo de plantão", diz o deputado Reis, do PT, partido que articula a derrubada do jabuti.

A PEC precisa do aval de 57 dos 94 deputados. O assunto principal da proposta, porém, é a permissão da redução dos gastos na educação.

A ideia é cortar de 30% para 25% a receita para a área do estado, o que significaria reduzir o orçamento em até R\$ 9,6 bilhões, já no próximo ano de escolas da educação básica. O projeto estabelece que os 5% seriam empregados na saúde, que, de acordo com o governo, tem elevado os seus gastos ano a ano.

A gestão deve cobrar a base aliada para votar em bloco no projeto, que é uma das prioridades deste ano de Tarcísio.

Depois de uma série de dificuldades com a própria base aliada na Alesp, o governador decidiu liberar emendas voluntárias para atender os deputados estaduais, assim como faziam seus antecessores.

Até agora, 78 dos 94 deputados fizeram pedidos ao governo, em um montante de R\$ 266,3 milhões. Apenas quatro membros da Assembleia, porém, do Republicanos e do Podemos, já tiveram suas demandas totalmente pagas — uma soma de R\$ 12,4 milhões (4,7% do total). O restante está em processo de liberação.

PDT intervém em disputa entre Cid e Cid, e senador ameaçar deixar o partido

Camila Zarur e Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO A executiva nacional do PDT aprovou na tarde desta sexta-feira (27) uma intervenção no diretório do Ceará, em tentativa de resolver a disputa que opõe os irmãos Cid e Ciro Gomes e envolve a estratégia do partido para as eleições municipais de 2024.

Derrotado na reunião tensa, que teve bate-boca e deo em riste entre aliados dos dois irmãos, Cid ameaçou deixar o partido.

"Avisei que, se fosse cometida qualquer decisão arbitrária, eu entenderia como um convite para deixar o partido", disse o senador à Folha, após a reunião. "Para mim, foi uma decisão arbitrária. Como votam uma intervenção sem nem abrir um processo? É um convite para deixar o partido".

A reunião foi convocada para tentar pacificar o diretório, alvo de reviravoltas no último mês e cujo capítulo mais recente havia sido uma decisão judicial que validou a nova executiva local comandada pelo senador.

O resultado provocou confusão generalizada. O senador Cid Gomes reagiu com irritação e disse que sairá do partido "pela porta da frente". "Entre pela porta da frente e vou sair pela porta da frente, como eu sempre fiz", afirmou Cid.

Presidente licenciado do PDT, o ministro Carlos Lupi respondeu que "já esperava".

O senador, no entanto, disse que consultará seu grupo político sobre os próximos passos. "Não tomo decisões isoladas. No Ceará, somos a maioria. Temos 5 de 6 deputados federais em exercício, 13 de 16 deputados estaduais e 50 de 57 prefeitos", afirmou ele.

"A decisão será tomada coletivamente. Há duas alternativas. Ou recorremos da decisão, ou entendemos que esse é um convite, grosseiro, para sairmos. Você não faz uma intervenção sem obedecer o devido processo legal".

Cid e seus aliados acusam o atual presidente do partido, deputado André Figueiredo, de romper acordo que havia sido firmado em julho sobre a direção do braço cearense do PDT. Ele havia se licenciado do cargo e cedido a presidência para Cid, com o compromisso de ser reconduzido em dezembro. No entanto, Figueiredo decidiu antecipar a volta da licença após a divergência sobre os rumos do diretório, o que desencadeou a briga judicial.

Para resolver o impasse, o presidente do partido chamou a reunião da executiva que decidiu pela intervenção no diretório local.

O motivo da disputa é a divergência sobre o alinhamento com o PT no estado de olho nas eleições de 2024.

O grupo de Cid Gomes defende que o partido faça parte de uma aliança ampla, enquanto a ala ligada a Ciro

a Figueiredo quer independência do PDT —apesar de o presidente licenciado da legenda, Carlos Lupi, ser ministro da Previdência do governo Lula.

Um jantar foi marcado na casa do deputado federal Mário Heringer (PDT-MG) para esta noite, no Rio, em mais uma tentativa de acalmar os ânimos dentro do partido. Pedetistas, no entanto, dizem que seria difícil superar as desavenças.

Cid disse que não iria participar e decidiu voltar para Fortaleza. Ele afirma que foi pego de surpresa com a intervenção no diretório.

Outra possibilidade que ele vai analisar junto a seu grupo é se entra com um processo contra a presidência do partido para reverter a intervenção.

Já aliados de Figueiredo afirmam que a saída de Cid da sigla é dada como certa. Como Cid é senador, ele pode trocar de partido sem ser acusado de infidelidade partidária. No entanto, os deputados federais e estaduais que estão ao seu lado deverão esperar até a próxima janela partidária. Do contrário, correm o risco de perder o mandato.

Se Cid decidir deixar o partido, já uma sigla sendo vendida para onde ele deve ir: o Podemos. No início do ano, o senador conversou com o presidente da legenda, a deputada federal Renata Azeiteiro (SP).

A reunião desta sexta (27) eleva ainda mais os ânimos entre os irmãos Cid e Ciro Gomes. Segundo pedetistas próximos, os dois não estão se falando e têm evitado de comentar o nome um do outro. Durante a reunião, no entanto, entraram em rota de colisão.

O senador ficou em pé nos momentos em que falou na reunião, o que causou um clima tenso entre os presentes, segundo pedetistas do diretório nacional. Já Ciro elevou a voz para falar em diversos momentos.

“A decisão será tomada coletivamente. Há duas alternativas. Ou recorremos da decisão, ou entendemos que esse é um convite, grosseiro, para sairmos. Você não faz uma intervenção sem obedecer o devido processo legal”

Cid Gomes (PDT)
senador, ao criticar a decisão da executiva nacional do partido de fazer intervenção no diretório do Ceará



Cid (esq.) e Ciro Gomes, do PDT. Alan Marques - 16.set.15/Folhapress